



**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**ESTÁGIO E PROJETO DE GESTÃO EDUCACIONAL:
O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

FRANCIELLY PEREIRA DO NASCIMENTO

**ANÁPOLIS
2013**

FRANCIELLY PEREIRA DO NASCIMENTO

**ESTÁGIO E PROJETO DE GESTÃO EDUCACIONAL:
O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho apresentado à Coordenação da Faculdade Católica de Anápolis para obtenção do título de especialista em Gestão Educacional, sob a orientação da Prof^ª. Ms. Ivana Alves Monnerat de Azevedo.

**ANÁPOLIS
2013**

FRANCIELLY PEREIRA DO NASCIMENTO

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido sob a orientação da Prof^a. Ms. Ivana Alves Monnerat de Azevedo como requisito à aprovação e obtenção do título de especialista em Gestão Educacional pela Faculdade Católica de Anápolis - Anápolis, 17 de agosto de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Ms. Ivana Alves Monnerat de Azevedo
Orientadora

Prof^a Ms. Kátia Cilene Camargo Silva
Avaliadora

Prof^a Esp. Aracelly Rodrigues L. Rangel
Avaliadora

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha tão amada mãe que me apoia em minhas investidas em busca do conhecimento. “A aprendizagem é um processo contínuo, onde os que fazem parte nunca estacionam o saber, tornam-se incessantes, novos caminhos com intenção de continuarem crescendo”. Crescendo e fazendo tudo que tem que ser feito com amor e dedicação.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por todas as oportunidades a mim concedidas, aos meus professores pelos conhecimentos transmitidos e a minha família que me apoia na busca incessante por conhecimento e qualificação profissional.

RESUMO

A pesquisa ação objetivou conhecer e analisar as dificuldades encontradas para implantação da Educação Inclusiva nas escolas comuns de ensino, tendo como campo de estudo uma escola da rede municipal de ensino localizada na zona rural do município de Leopoldo de Bulhões-GO, por meio das observações realizadas durante o desenvolvimento das atividades no Estágio em Gestão educacional e da construção do referencial teórico estudando diversos autores, dentre esses: Libâneo (2003); Nascimento (2008); Souza (2008); Teixeira (2000) e Toschi (2003), suas teorias foram tomadas como subsídios à realização do processo de investigação e da análise dos resultados obtidos, por meio do estudo de documentos internos da instituição escolar pesquisada e acompanhamento de suas atividades cotidianas, cujo resultado demonstrou aspectos aversivos a integração de pessoas com necessidades especiais ao Ensino Regular. Foram levantadas algumas hipóteses quanto às causas e impedimentos da concretização da inclusão de todos os grupos no ambiente escolar e assim, tendo como base, os princípios da gestão democrática participativa, foi proposto um projeto de intervenção visando aprimorar o conhecimento de funcionários e educandos sobre o processo de inclusão nas escolas de Ensino Regular, tendo como estratégias de ação: confecção de cartazes, mini palestras com funcionários e alunos, participação na festa junina como forma de socialização entre equipe escolar/alunos/comunidade e alunos/alunos/comunidade de forma que as atividades desenvolvidas possam acrescentar no processo ensino-aprendizagem.

Palavra-chave: Educação Inclusiva. Gestão Escolar. Ensino Regular. Ensino e Aprendizagem. Integração.

ABSTRACT

The action research aimed know and analyse the difficulties finded to implantation inclusive education at the common schools of teaching, having as field of study a school town network teaching located in countryside the municipality of Leopoldo de Bulhões-GO, by observations made during development activities in phase in Education Management and construction theoretical reference studying several authors, amongthose: Libâneo (2003); Nascimento (2008); Souza (2008); Teixeira (2000) e Toschi (2003), their theories were taken as subsidies realization of research process and analysis of results obtained, through of studies documents intern's school institution researched and monitoring of their daily activities, whose result demonstrated aversive aspects a integration of people with special needs to Regular Teaching. Were raised some hypotheses as to causes and impediments the achievement inclusion all groups in the school in the school environment and so, based on, principles democratic participatory management, was proposed the intervention of project aiming to improve knowledge learnerson inclusión process in school so regular education, having as action strategies: confection of posters, mini lectures with knowledge and students participation in june festival as form socialization between team academic/students/community and students/students/community form that the activities developed can add in process teaching learning.

Keywords: Inclusive Education. Education Management. Regular Teaching. Teachingand Learning. Integration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 O ESTÁGIO EM GESTÃO EDUCACIONAL	10
1.1 Caracterização da Instituição Educativa	10
1.2 Atividades de Leitura e Análise Documental	15
1.3 Atividades de Participação	18
2 O PROCESSO INVESTIGATIVO	21
2.1 Tema e Justificativa	21
2.2 Problematização.....	22
2.3 Hipóteses	22
2.4 Objetivos	23
2.4.1 Geral	23
2.4.2 Específicos.....	23
2.5 Revisão de Literatura.....	24
2.6 Procedimentos Metodológicos	27
2.7 Análise dos Dados e Discussão dos Resultados.....	30
3 O PROCESSO DE INTERVENÇÃO	36
3.1 Tema e Justificativa	36
3.2 Áreas do Conhecimento.....	36
3.3 Público Alvo	37
3.4 Objetivos	37
3.4.1 Geral	37
3.4.2 Específicos	37
3.5 Fundamentação Teórica.....	38
3.6 Etapas e Procedimentos	40
3.6.1 Estratégias.....	40
3.6.1.1 Estratégias de Ação	40
3.6.2 Culminância	42
3.8 Duração.....	42
3.9 Avaliação.....	42
3.10 Recursos.....	42
3.11 Resultados.....	42
4 CRONOGRAMA	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE(S).....	47
ANEXO (S).....	58

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais atuais estão se dirigindo para um quadro mais amplo, segundo as transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas com o objetivo de formar cidadãos aptos para conviver no contexto contemporâneo.

Nessa nova realidade faz-se necessário preparar os líderes que irão conduzir os processos nas escolas, para que estes desempenhem suas atribuições, descentralizando o poder de decisão e criando meios de participação de todos os segmentos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, construindo uma gestão democrática e participativa.

As escolas são organizações que promovem interações entre pessoas, para formação humana. A consolidação dos métodos e práticas utilizadas deve atender o interesse coletivo, portanto, o diagnóstico e análise das estratégias de ensino devem ser feitos em parceria com a comunidade e elaborados planos e projetos para buscar alternativas para melhoria na qualidade das ações pedagógicas na construção de um currículo pautado na realidade local.

Nesse sentido, as atividades referentes ao Projeto e Estágio em Gestão Educacional visaram o alcance dos seguintes objetivos: construir um diagnóstico das atividades desenvolvidas nos diferentes espaços da Escola-Campo; identificar e analisar a organização e o desenvolvimento das ações administrativo-pedagógicas da equipe gestora bem como identificar as demandas e as possibilidades concernentes à prática profissional compartilhada e ao processo de intervenção em gestão educacional.

O trabalho está organizado em três seções. Na primeira seção são abordadas as atividades relativas ao Estágio Supervisionado abrangendo as atividades de observação, de leitura e análise de documentos da escola como o Projeto Político Pedagógico (PPP), Plano de desenvolvimento da Educação (PDE), Projetos, Plano de Gestão, etc., as legislações relacionadas à organização das atividades administrativas, pedagógicas e curriculares, como também, as atividades relativas à observação, a análise, o acompanhamento e as de atividades de organização e participação nas atividades de gestão e nas reuniões pedagógicas- Conselho de Classe, Reuniões de Pais e Trabalho Coletivo.

Ainda nessa etapa foram realizadas as atividades de leitura e análise de documentos de documentos da instituição escolar como o PPP, Regimento Escolar, PDE e outros relevantes ao Estágio em Gestão Escolar.

A segunda seção refere-se ao Processo de Investigação alusivo à busca de informações acerca do Papel da Gestão Escolar na Educação Inclusiva, a partir do estudo

de caso realizado na Escola Campo de Estágio – Escola pública municipal, na cidade de Leopoldo de Bulhões-GO.

A terceira e última seção aborda sobre as Atividades de Intervenção realizadas, a partir dos resultados obtidos durante o processo de investigação – Estudo de Caso, com vista à melhoria e enriquecimento das ações educativas, numa perspectiva inclusiva, na instituição investigada.

Deve-se ressaltar que a observação do cotidiano escolar por meio do Estágio Supervisionado proporciona o acompanhamento do trabalho desenvolvido pela equipe gestora e pedagógica.

A análise dos documentos, dos programas e projetos desenvolvidos pela escola, como também, a forma de interação entre os educandos, durante as atividades e momentos de recreação propostos; enfatizando as relações e desenvolvimento das crianças e jovens com necessidades especiais mostrará a relevância do papel do gestor como mediador das relações no ambiente escolar.

Para conhecer a realidade da instituição educativa investigada fez-se necessário, também, o estudo e a análise de documentos da escola como o Projeto Político Pedagógico (PPP), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Projetos Internos, Planos de Gestão, entre outros, leitura da Legislação relacionada ao assunto abordado, participação em atividades e acompanhamento das reuniões pedagógicas.

A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e metas da escola, de sua estrutura organizacional, de suas relações com a comunidade e propicia a aproximação entre professores, alunos, pais e outros funcionários da escola. Contar com os órgãos colegiados, associações colabora com a transparência e democratização dos processos de tomada de decisão.

Os canais de participação com a comunidade tornam a escola uma “comunidade educativa”, deixando de ser um lugar fechado e separado da realidade local, criando formas de interação com a sociedade civil, esse meio possibilita à população o conhecimento e a avaliação dos serviços e práticas do trabalho escolar.

1 O ESTÁGIO EM GESTÃO EDUCACIONAL

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA

A Escola pesquisada localiza-se na Rodovia Anápolis à Bonfinópolis – Km 25, no Distrito do Trevo do José Rosário no Município de Leopoldo de Bulhões.

Os primeiros moradores da comunidade ocuparam o terreno de forma ilegal e da maneira que a população crescia surgiu à necessidade de construir uma escola para atender as crianças do local, logo um pequeno fazendeiro doou alguns lotes para a construção do prédio escolar.

A escola foi inaugurada durante o governo do prefeito Alaor Bento da Silva em 1973. O nome da escola foi uma homenagem ao irmão de um grande fazendeiro e político da região, que faleceu num acidente automobilístico, que se chamava Ronaldo Roberto Rocha.

A partir de 1997 passou a ministrar aulas para a segunda fase do Ensino Fundamental graças às mobilizações dos educadores em melhorar o nível de escolarização da população local.

Em 2000, a escola passou por reformas e mais salas foram construídas para atender à crescente demanda. Logo após essas alterações na estrutura do prédio escolar houve a polarização das escolas rurais que funcionavam nos arredores do até então povoado e, por meio de uma manifestação dos pais requerendo melhores condições de estudo para seus filhos o Ensino Médio Regular foi implantado no ano de 2006.

A comunidade onde a escola está localizada é formada na sua grande maioria por pessoas de baixa renda e escolaridade. Durante o Estágio em Gestão Educacional e as entrevistas junto à comunidade escolar foi constatado que, grande parte dos pais educandos da instituição não concluíram nem mesmo o Ensino Médio, pode-se confirmar este fato analisando as matrículas dos alunos.

As manifestações culturais na comunidade são limitadas, os moradores não têm acesso a áreas de lazer, parques, cinema, teatro e o acesso às novas tecnologias se restringe a escola e a uma restrita parte da população.

Diante de tantos fatores aversivos a prática educativa, o trabalho dos gestores e professores desta escola, torna-se primordial para motivar e inspirar esses jovens a repensar suas perspectivas.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 344): “O desafio é educar as crianças e os jovens propiciando-lhes um desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico, de modo que adquiram condições para enfrentar as exigências do mundo contemporâneo”. Desse modo, repassar conteúdos de forma metódica e descontextualizada não contribuiu para formação de cidadãos aptos para enfrentar as constantes transformações que a sociedade moderna perpassa.

Grande parte da clientela atendida pela escola reside na zona rural, conseqüentemente necessita de transporte escolar para frequentar as aulas. Todas as crianças que requereram matrícula em 2013 foram atendidas, não há déficit de vagas na instituição. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, que trata da Educação Básica Brasileira, no seu art. 5º destaca:

Art.5º- O acesso ao Ensino Fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e ainda, o Ministério Público acionar o Poder Público para exigi-lo. (BRASIL, 1996, p.2)

Assim, a instituição poderia atender um maior número de alunos, principalmente nos anos iniciais do Ensino fundamental, pois essas funcionam com número reduzido de alunos. Foi relatado que ocorreu um processo migratório para as escolas de um município vizinho devido a problemas constantes no transporte escolar.

A sobrevivência financeira da escola está vinculada à assistência oferecida pela Prefeitura Municipal de Leopoldo de Bulhões, através da Secretaria Municipal de Educação e de recursos que a instituição recebe para manutenção e compra de materiais que procedem dos Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE). Esse fundo:

[...] foi criado em novembro de 1968 e está vinculado ao Ministério da Educação (MEC). A finalidade da autarquia é captar recursos financeiros para projetos educacionais e de assistência ao estudante. [...] (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2003, p.183).

Dentre esses programas estão: o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), o Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE), Programa Saúde na Escola (PSE), Programa Atleta na Escola e Programa Mais Educação.

Diante da ineficiência do sistema educacional, os altos índices de evasão e reprovação e o baixo nível de escolaridade, manifestou-se a preocupação de criar formas para as instituições educativas diagnosticarem, analisarem, refletirem sobre suas práticas para criar planos de ação que criem metas buscando estratégias para atingir os objetivos coletivos da equipe escolar e educandos. Para Ressureição e Sobrinho (1999, p.19):” O Plano de Desenvolvimento da Escola é um processo gerencial de planejamento estratégico

que a escola desenvolve para a melhoria da qualidade de ensino elaborado de modo participativo com a comunidade escolar [...]”.

O programa PDE é uma forma de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar sua gestão, criando parcerias com a comunidade e democratizando o processo de decisões para melhorar a qualidade de ensino nas escolas. Essas práticas são tentativas de fazer com que pais e responsáveis conheçam o processo de ensino-aprendizagem com maior proximidade e possam também discutir quais métodos e materiais podem facilitar o caminho que leva à aprendizagem.

O Programa Atleta na Escola valoriza e financia a prática de esporte no ambiente escolar. Em 2013 a modalidade na quais alunos entre 12 e 17 anos irão competir será o atletismo, serão disputadas provas de corrida e salto em distância, as etapas são classificatórias e eliminatórias.

A partir do mês de agosto de 2013, a instituição será beneficiada com a implantação do Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, que objetiva aumentar a jornada escolar em escolas públicas por meio de atividades opcionais agrupadas em Macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica, segundo informações obtidas junto à gestão da escola.

O Programa é coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

Devido à falta de espaço físico a escola fará uma parceria com líderes comunitários para utilizar o salão paroquial para desenvolver as oficinas e atividades vinculadas ao programa.

Um dos programas que beneficia a escola pesquisada é o Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE), verba que é destinada para aquisição de material permanente e de consumo, para manutenção e conservação do prédio escolar, para capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, para melhoria e desenvolvimento dos projetos pedagógicos e atividades educacionais diversas, no intuito de colaborar com a melhoria da qualidade de ensino nas escolas de Educação Básica e, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 185): “O objetivo desse programa, além de melhorar a

qualidade de ensino fundamental é envolver a comunidade escolar a fim de aperfeiçoar a aplicação dos recursos.”

No âmbito da Educação Inclusiva a escola recebeu em 2012 uma verba destinada à facilitação do acesso de alunos portadores de deficiência.

Para democratizar o processo de tomada de decisões e fiscalização das verbas oriundas de programas federais, os órgãos colegiados tem participação constante, contando com a representatividade dos diversos segmentos atuantes da escola, incentivando dessa forma a participação e colaboração da comunidade na construção da proposta pedagógica da instituição.

Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 328): “A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e funcionamento da organização escolar”.

A prestação de contas do total de recursos recebidos pela sua escola e sua devida aplicação é apresentada pelo Conselho Escolar juntamente com a comissão de Execução Financeira, no demonstrativo anual, acompanhado de cópias dos documentos necessários à comprovação de aplicação dos recursos.

Segundo o art. 37 do Estatuto que rege o Conselho Escolar compete a este “acompanhar a aplicação dos recursos estaduais, federais transferidos à conta do PDDE e de outros recursos financeiros.”

A escola realiza projetos pré-estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e outros que são elaborados segundo as necessidades da comunidade local e para concretização de objetivos elaborados nos planos de ação da escola, que estão de acordo com o Plano de Desenvolvimento da escola e Proposta Pedagógica.

Dentre esses projetos são executados: Semana da Alimentação, Datas Comemorativas; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Escritores Goianos; Contadores de História; Cultura Afro-brasileira, dentre outros. Estes eventos poderiam contribuir mais efetivamente na consolidação de valores e conhecimento se a instituição contasse com uma melhor estrutura física. A comunidade participa e interage de modo satisfatório das atividades propostas.

A escola pesquisada possui cinco salas de aula, um almoxarifado, que funciona junto com a coordenação, uma sala de direção, que é utilizada também como secretaria, uma biblioteca, sendo esta também utilizada como sala dos professores, uma pequena cantina, dois sanitários para alunos e funcionários e um pequeno pátio descoberto.

O estado das salas de aula é precário, as janelas estão quebradas, elas são mal iluminadas, não possuem dimensões adequadas e algumas sequer tem portas. O prédio não apresenta muita segurança, o muro é constituído por placas e é muito baixo. As dependências internas da escola não possuem adaptações para facilitar o acesso dos alunos portadores de necessidades especiais que atende.

No que se refere à interferência do espaço físico da escola no processo de aprendizagem Ferreira e Guimarães (2000, p.11) orientam:

[...] relaciona-se à noção da escola como espaço educativo interno, diversificado e individualizado, em que cada criança possa encontrar resposta à sua individualidade, à sua diferença. A integração pressupõe assim a utilização máxima dos aspectos mais favoráveis do meio para o desenvolvimento total da personalidade do aluno.

A Escola atende crianças, adolescentes e adultos desde a educação Infantil ao Ensino Médio, nos turnos matutino de 07:00 h às 11:25 h. (4º, 5º, 6º, 7º e 8º Anos), vespertino de 12:45 às 17:00 horas (Educação Infantil – Pré Escola, 1º, 2º e 3º Anos) e Turno Noturno - 18:30 às 22:20 h. (9º Ano e Ensino Médio).

As crianças que possuem laudos atestando algum tipo de necessidade especial estão cursando o 4º, 5º e 7º ano, frequentando as aulas no horário matutino e contam com o atendimento de uma professora de apoio.

O acompanhamento da professora de apoio iniciou-se no ano de 2013, sendo que esta cursa o primeiro período do curso de Pedagogia, não tem nenhuma outra experiência em sala de aula e iniciou um curso sobre Educação Inclusiva oferecida pela Subsecretaria Regional de ensino em março deste mesmo ano. Para atuar na perspectiva inclusiva:

[...] os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos em conteúdos específicos [...] (BRASIL. 2010, p. 28).

O Projeto Político Pedagógico está passando por reformulações para que esteja de acordo com a realidade e necessidade da escola e comunidade por ela atendida. Esse processo visa buscar alternativas que imprimam dimensão política e social à ação pedagógica.

Na sociedade atual, onde o conhecimento é instantâneo e os valores descartáveis a escola deve estar atualizada e preparada para contribuir de forma efetiva, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados. Para isso, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p.53) o ensino deve contribuir para:

a) formar indivíduos capazes de pensar e de aprender permanentemente (capacitação permanente) do trabalho, em um contexto de avanço das tecnologias de produção, de modificação da organização do trabalho, das

relações contratuais capital-trabalho e dos tipos de emprego; b) prever formação global que constitua um patamar para atender à necessidade de maior e melhor qualificação profissional, de preparação tecnológica e de desenvolvimento de atitudes e disposições para a vida numa sociedade técnico-informação; c) desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania;d) formar cidadãos éticos e solidários.

Logo, a escola precisa ter consciência da sua importância na formação de cidadãos que devem estar preparados para conviver na sociedade capitalista contemporânea assimilando valores e qualificação profissional.

1.2 ATIVIDADES DE LEITURA E ANÁLISE DOCUMENTAL

Houve, primeiramente, o momento de leitura e análise dos documentos da escola pesquisada, a fim de conhecer o funcionamento técnico-administrativo no cotidiano da instituição, por meio de observação das práticas da equipe gestora e pedagógica para que depois fosse realizada a pesquisa com o corpo docente e discente, focalizando na questão de metodologias e práticas inclusivas adotadas pela escola para promoção da Educação Inclusiva.

O Projeto Político Pedagógico é um documento que contribui para a organização da didática e metodologia que alicerçam as práticas da instituição escolar traçando o perfil da sua realidade e fazendo uma análise do contexto em que a mesma está inserida.

Sobre a concentração coletiva do Projeto Político Pedagógico que representa a participação de todos que estão imersos no ambiente escolar, Veiga (1996, p. 23) indica:

[...] busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. [...] o projeto político pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva.

Sendo um processo de trabalho coletivo e contínuo, a Proposta Pedagógica reafirma a ideia de que vivemos num contexto que perpassa por constantes transformações, necessitando da colaboração conjunta dos agentes inseridos na educação para elaborar permanentemente um projeto de escola que possa acompanhar as mudanças da sociedade contemporânea.

A escola analisada é composta por uma equipe administrativa, técnica e pedagógica contando com vinte e oito (28) funcionários, sendo assim organizada: duas (02) gestoras, duas (02) coordenadoras, uma (01) secretaria geral, uma (01) auxiliar administrativa, uma (01) bibliotecária, três (03) merendeiras, duas (02) auxiliares de serviços gerais, um (01) vigia, quatorze (14) professores regentes e uma (01) professora de apoio.

A participação nas decisões quanto às práticas pedagógicas e desempenho dos alunos nas atividades propostas ocorre também nos Conselhos de Classe, onde aqueles que estão diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem tem a oportunidade de discutir, analisar e trocar experiências quanto ao nível de aprendizagem dos educandos, do desempenho dos docentes dos resultados das estratégias de ensino utilizadas, formas de adequação da organização curricular, entre outros assuntos, onde o foco é o aproveitamento escolar e a função social da instituição escolar.

Nesses encontros a participação de todos os atores integrantes do cenário educacional tem oportunidade de se expressar reforçando e gerindo uma gestão democrática voltada para os anseios da comunidade escolar.

Os métodos de avaliação da escola pesquisada são contínuos, levando em consideração as diversas áreas do conhecimento. A partir dos resultados de uma avaliação contínua que considera aspectos qualitativos, podemos analisar os métodos e práticas pedagógicas que podem se adequar às reais necessidades educacionais dos educandos. Educadores devem utilizar os resultados obtidos nas avaliações aplicadas para aprimorar suas técnicas de ensino com o objetivo de elevar a qualidade de ensino oferecida nas escolas.

O mau desempenho do aluno não se resume no seu fracasso, reflete também as práticas e estratégias utilizadas pelo professor. Reformular a didática e os métodos de avaliação são caminhos que colaboram na melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Dessa forma, cabe ao educador diagnosticar, registrar e analisar, continuamente o desempenho de seus alunos para obter uma melhor reflexão sobre sua prática, construindo uma avaliação emancipadora pautado no respeito, valorizando a formação de cidadãos críticos e ativos no contexto social.

O processo de avaliação da escola segue as orientações contidas na Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394/96, segundo o inciso V do artigo 24:

Art.24- [...] V-A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; [...] (BRASIL, 1996, p. 10)

A avaliação ocorre, pois, de forma contínua por meio de orientações, desenvolvimento de projetos e atividades bimestrais. Já as atividades de recuperação (paralela) da aprendizagem escolar é “[...] realizada no final de cada bimestre, onde o aluno

recebe um plano de estudos e/ou atividades para estudo, após um determinado tempo este faz uma avaliação para verificar seu desempenho.” (PPP, 2013, p. 16).

Na escola observada ocorre o processo de classificação, devido ao grande número de adultos que enceraram os estudos precocemente, e agora voltam para as salas de aula. Conforme exposto artigo 24 da LDB nº. 9394/16: “[...] c-Independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola [...]” (BRASIL, 1996, p.10)

Para auxiliar nas estratégias de ensino e conseqüentemente, facilitar o processo de ensino e aprendizagem, a escola conta com os seguintes recursos didáticos: globos terrestres, mapas políticos, dicionários da nova ortografia, mimeógrafos, impressoras, retroprojetor, *Datashow*, televisões, aparelhos de DVD, atlas geográficos, enciclopédias, DVDs educativos, dorso humano, aparelhos de som, caixa de som, amplificadores, planetário, calculadoras, *notebook*, *desktops* (somente dois computadores possuem acesso à internet) e diversos jogos pedagógicos.

O Calendário Escolar é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação. Nele estão indicados os dias letivos a serem cumpridos, respeitando a carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por no mínimo duzentos dias (200) de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais.

A Matriz Curricular da 1ª Fase – Anos Iniciais do Ensino Fundamental é elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, cujos conteúdos de ensino são organizados por meio de projetos temáticos mensais. Enquanto que as Matrizes Curriculares da 2ª Fase dos Anos Iniciais Ensino Fundamental e Ensino Médio seguem as orientações da Secretaria Estadual de Educação, executando os conteúdos de ensino, bimestralmente.

Segundo o PPP (2013, p. 25) o currículo da instituição “privilegia a formação humana, orienta-se para a inclusão de todos ao acesso dos bens culturais, ao conhecimento e está a serviço da diversidade, da democracia, da valorização da vida, do respeito ao meio ambiente e da promoção da paz”. O currículo deve, portanto, contribuir para construção de uma proposta pedagógica articulada, integrada e coerente, vinculando os conteúdos relevantes para o exercício pleno da cidadania em nossa sociedade, visando à inserção social e cultural dos indivíduos.

Durante a análise da Proposta Pedagógica da escola – PPP (2013) pode-se observar a preocupação em resgatar valores cívicos, morais e regionais; como cantar o hino nacional e outros, uma vez por semana, desenvolvimento de projetos com cunho social e valorização de tradições.

Apesar de estar preocupada em resgatar as tradições regionais a equipe escolar reconhece a importância de acompanhar as inovações, tendo dificuldades, pois está localizada na zona rural e longe de muitos avanços, principalmente os tecnológicos, logo a proposta curricular desta unidade escolar não se define pela transmissão de conteúdos e verdades absolutas, pois, o conhecimento é produzido ao longo do tempo pela ação do ser humano. Santos (2009, p. 18) afirma:

É preciso, pois, que nos interroguemos a respeito da natureza dos conteúdos a serem incorporados aos currículos, contexto social e histórico em que ocorre a educação, bem como tipo de conhecimento está em sintonia com o tempo em que vivemos e com os alunos que temos. Buscando construir uma escola que desenvolve um currículo comum de experiências cognitivas e culturais, uma escola democrática que parta da cultura local para inserir-se na cultura mais ampla [...]

Percebe-se, então, nas escolas atualmente a necessidade de preparar os educandos para enfrentar as condições impostas pela sociedade contemporânea, e estas devem atender todos os grupos da sociedade, pois as unidades de ensino devem ser instâncias de equalização de oportunidades, devendo ser universal, para assegurar a todos o direito a qualificação e socialização.

Esse contexto retoma o foco principal da pesquisa, como é concretizada a Educação Inclusiva nas escolas comuns, pois se esse grupo tem dificuldade de acesso às escolas, ainda que sejam amparados por uma vasta legislação, conseqüentemente, o acesso ao trabalho e ascensão na vida social também será restrito.

Os gestores devem promover práticas democráticas e incentivadoras para a consolidação de metodologias e ações inclusivas; incentivar a participação na elaboração de projetos, planos de ação e construção da proposta pedagógica da escola, onde tenha tópicos específicos sobre Educação Inclusiva, formação continuada sobre o tema e criar formas de interação entre os educandos para que os portadores de necessidades especiais possam se desenvolver e se sentirem parte do processo.

1.3 ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO

Durante as atividades de estágio, aconteceram reuniões pedagógicas, das quais pude participar. Foram realizadas duas reuniões de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), uma Reunião com os Pais, um Conselho de Classe, uma reunião para formação do

Conselho da Escola entre outros momentos de reuniões entre os próprios funcionários e até mesmo com a assessoria pedagógica da Secretaria de Educação Municipal de Educação.

Nessas reuniões foram discutidos novos rumos que seriam adotados pela instituição acerca do desenvolvimento de projetos e novas didáticas que seriam adotadas ao decorrer do ano para atender as necessidades do público atendido pela instituição.

Foi possível acompanhar a elaboração das pautas dessas reuniões juntamente com a diretora da escola e presenciei todas essas reuniões, onde pude testemunhar a dificuldade dos professores regentes e de apoio em construir práticas para o desenvolvimento de alunos com necessidades especiais.

O período do estágio coincidiu com vários eventos, projetos e elaboração de documentos da escola; houve a participação no desenvolvimento de projetos da escola como a Semana da Alimentação, Valorização da cultura indígena e Preservação do Meio Ambiente.

Colaborou-se na organização da festa do Dia das Mães e festa Junina, na confecção de cartazes, lembrancinhas, ensaio de apresentações dos alunos, na decoração e acompanhei o processo de elaboração da Proposta Pedagógica e do Plano de desenvolvimento da Escola (PDE).

O estágio em Gestão Educacional proporciona a observação de situações cotidianas ou inusitadas do ambiente escolar, que enriquece nossos conhecimentos teóricos sobre a gestão democrática termo tão utilizado atualmente que nem sempre é efetivado nas práticas das escolas, qual seja permitir a democracia e participação de todos, quer dizer também atender igualmente os diversos grupos da sociedade.

A escola deve ter como missão educar e transmitir ensinamentos com qualidade de forma eficaz e equiparada, de forma que o ensino e aprendizagem sejam realizados de forma que contribua para preparar os indivíduos a serem capazes de perceber as mudanças à sua volta e prepara-los para agir de maneira consciente em busca do crescimento pessoal e coletivo.

Para isso a equipe escolar deve ter como preceito a integração, promovendo o desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes que capacite os educandos a solucionar problemas e conflitos, diminuindo assim, a desigualdade social, resgatando a valorização de si mesmo e do próximo consolidando a inclusão social no ambiente educacional e na sociedade.

O papel de gestores e docentes nessa perspectiva é aprimorar seus conhecimentos e técnicas em prol das políticas inclusivas, durante o estágio percebe-se a falta de preparo

dos profissionais e a distância entre os diversos grupos de crianças e jovens imersos na escola, observação dessas situações inquieta o pensamento de como agir diante dessa problemática que gestores e educadores perpassam no contexto contemporâneo, não se pode cruzar os braços e deixar que a exclusão se perpetue deve-se utilizar mecanismos que mobilizem todos a favor de integrar às práticas ao sucesso de todos os agentes participantes do processo de ensino e aprendizagem.

2 O PROCESSO INVESTIGATIVO

2.1 TEMA E JUSTIFICATIVA

A implantação da educação inclusiva no Ensino Regular gera muitas discussões e polêmicas, apesar dos avanços nesse processo ainda existem questões que preocupam a comunidade escolar.

A dificuldade de aprendizagem de alunos com deficiência reforça a ideia de que para ter sucesso na inclusão dessas crianças é necessária uma reforma no sistema educacional, a qual requer mudanças de concepções, metodologias e paradigmas para que se alcance êxito na inclusão dos diversos grupos que estão inseridos na comunidade escolar.

A preocupação em atender com equidade e qualidade todos integrantes da escola deve ser discutida nos momentos de encontro no ambiente escolar, para que os profissionais que nele atuam busquem novos conhecimentos para adaptar a didática a públicos heterogêneos proporcionando a todas as oportunidades de aprender e conviver em grupo.

A escolha desse tema surgiu a partir da observação das práticas de gestores e educadores, que demonstram dificuldade em ministrar metodologias que viabilizem o caminho dos alunos com necessidades especiais a socialização e aprendizado.

Atualmente, existem diversos programas que disponibilizam recursos para adequação de espaços e aquisição de materiais específicos, nesse contexto gestores devem ser conhecedores destas propostas e buscar estes benefícios para as escolas onde atuam.

Encontrar meios de equiparar as oportunidades de acesso e aprendizagem de todos frequentadores da instituição escolar, introduzir conhecimentos que possam reorientar as práticas e estimular o aperfeiçoamento das metodologias para que o processo ensino-aprendizagem seja efetivado é um dos papéis do gestor comprometido com o sucesso de todos que frequentam a escola.

A posição de gestor de uma escola de ensino regular diante de tais situações certamente é essencial. Essa postura deve ser de encorajadora. Esse profissional deve ser o precursor de atitudes inclusivas; nas quais o desafio maior é fazer toda a comunidade escolar participar e se conscientizar de que todos tem direito garantido por lei à educação de qualidade.

Nesse novo contexto o trabalho do gestor nas escolas se torna complexo e imprescindível, pois este deve se manter atualizado e incentivar os docentes a continuarem buscando conhecimento a fim de melhorar suas práticas adequando-se a demanda.

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO

A gestão escolar se depara com dificuldades na implementação da Educação Inclusiva no Ensino Regular de escolas públicas, faltam recursos didáticos, espaço dinamizado, informação e formação dos professores, além da difícil socialização entre alunos que trazem do meio familiar pré-conceitos que distanciam os agentes participativos do processo ensino-aprendizagem.

O assunto “inclusão”, atualmente é tratado como algo que já foi resolvido pelos diversos programas, resoluções e pareceres, que o governo estabeleceu sobre a socialização e aprendizagem de alunos com deficiência em escolas de Ensino Regular. No entanto pode-se constatar que esta não é a realidade na maioria das instituições escolares brasileiras. Por isso com esta pesquisa pretende-se buscar pressupostos teóricos e práticos relativos aos seguintes questionamentos:

- Como educadores de escolas de Ensino Regular realizam o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?

A partir desse questionamento é possível ainda perguntar:

- Como o tipo de gestão interfere no processo da educação inclusiva no Ensino Regular?

- Como é a interação dos diversos grupos sociais na comunidade escolar?

- Como a legislação trata a educação inclusiva no Ensino Regular?

- Quais metodologias podem ser utilizadas para facilitar o processo de aprendizagem na educação inclusiva?

- Qual o papel do gestor escolar no processo de inclusão?

2.3 HIPÓTESE

É possível que o tipo de gestão interfira no processo de implantação da educação inclusiva no Ensino Regular, já que uma gestão democrática e participante estimula a participação de todos os grupos sociais inseridos na comunidade escolar.

A falta de capacitação dos professores quanto a Educação Inclusiva é um empecilho na inserção de pessoas com necessidades especiais no Ensino Regular, atualmente o curso de graduação em Licenciatura não tem muitas disciplinas voltadas para esse campo de estudo e as poucas aulas que são ministradas sobre esse tema são superficiais, logo é necessário que os profissionais da educação estejam dispostos a buscar conhecimento continuamente e gestores atuantes incentivam e buscam parcerias para que estas ações se concretizem.

Assim, possivelmente, a falta de adequação na grande maioria dos estabelecimentos de ensino é um dos pontos que impede que o processo de inclusão seja efetivado na sua totalidade, além do despreparo dos profissionais da educação para atender esse público, há também a falta de espaço e material adequado para o desenvolvimento de atividades relevantes ao desenvolvimento sócio cognitivo de pessoas portadoras de necessidades especiais, principalmente nas escolas públicas.

2.4 OBJETIVOS

2.4.1 Geral

Caracterizar o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais realizados por educadores do Ensino Regular.

2.4.2 Específicos

- Caracterizar a interferência da gestão no processo de implantação da educação inclusiva no Ensino regular.
- Identificar a interação dos diversos grupos sociais na comunidade escolar.
- Analisar como a legislação trata a educação inclusiva na Escola Regular.
- Identificar quais metodologias podem ser utilizadas para facilitar o processo de aprendizagem na educação inclusiva.
- Identificar o papel do gestor escolar no processo de inclusão.

2.5 REVISÃO DE LITERATURA

No Brasil, cerca de 10% da população tem necessidades especiais, e maioria destes casos podem ser evitados com acompanhamento médico adequado durante o pré-natal, no momento do parto, em acidentes, etc.

Pode-se afirmar que atitudes em relação aos portadores de necessidades especiais progrediram muito ao decorrer do tempo, principalmente quando comparado a atitudes que eram tomadas pelos espartanos que matavam bebês deficientes. São reconhecidos quatro estágios de evolução quanto ao tratamento dado pela sociedade para com os deficientes.

O primeiro estágio corresponde a era pré-cristã, na qual os deficientes eram maltratados; o segundo refere-se ao cristianismo, em que havia compaixão e proteção pelos deficientes; na terceira fase foram reclusos em instituições para receberem educação diferenciada; e no quarto estágio, o qual vivencia-se, houve a aceitação das limitações desses grupos e uma busca para integra-los a sociedade em todos os âmbitos.

Essas discussões trataram além das deficiências motora e mental, foram discutidos os transtornos déficits e as questões das minorias que são marginalizadas por não terem as mesmas oportunidades. No tocante da vida escolar, Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, apud, Declaração de Salamanca, 1994, p.18) reiteram que:

[...] as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. (; OLIVEIRA; TOSCHI apud Declaração de Salamanca, 1994, p. 18)

O ser humano é naturalmente seletivo e narcisista, excessivamente preocupado consigo mesmo na busca contínua de ser o melhor, criando formas de segregação e seleção, deixando aqueles que julga ser um elo fraco ou empecilho na evolução alheio à participação em decisões e impedidos de buscar em seu próprio tempo aprimorar suas habilidades.

No atual contexto de uma sociedade globalizada, na qual o capitalismo dita as regras e quem tem mais vale mais a separação entre 'bons e ruins' é reforçada diariamente. Como afirma Souza, Daher e Nascimento (2008, p. 15):

A globalização acentua de modo dramático a ampla vitória do capital em relação ao trabalho. As elites estão ocupando o centro do poder como nunca ocorreu antes em toda história da civilização. A mecanização do trabalho cresceu muito, e assim, em muitos locais do planeta, até o braço forte do homem simples já não tem o valor de antes.

Essa segregação ocorre por vários motivos: étnicos, raciais, religiosos, físicos, financeiros dentre outros. Essa pesquisa irá tratar em particular das dificuldades encontradas pelos portadores de necessidades especiais no ambiente escolar.

O conceito de escolas ‘normais e especiais’ trazia uma ideia de que os alunos das escolas comuns eram normais e avaliados positivamente e os alunos das escolas especiais eram concebidos negativamente e diferenciados.

Esses ambientes reforçavam a separação e exclusão de um determinado grupo da sociedade, considerado inferior. Segundo a Secretaria de Educação Especial, as escolas podem ser excludentes ou inclusivas de acordo com as práticas desenvolvidas por estas:

Ambientes escolares inclusivos são fundamentados em uma concepção de identidade e diferenças, em que as relações entre ambas não se ordenem em torno de oposições binárias (norma/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico). Neles não se elege uma identidade como norma privilegiada em relação às demais. Em ambientes escolares excludentes, a identidade normal é dita sempre natural, generalizada e positiva em relação às demais, e sua definição provém do processo pelo qual o poder se manifesta na escola, elegendo uma identidade específica através da qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. (BRASIL. 2010, p. 10)

O ambiente escolar deve atuar no desenvolvimento cognitivo de crianças e jovens, sem deixar de lado a formação de seres reflexivos aportados de valores e capazes de viver numa sociedade múltipla.

A escola não deve categorizar os educandos separando-os em grupos distintos seja qual for o critério, pois as identidades são transitórias, inacabadas, os seres humanos estão em constantes mudanças não há como defini-los em grupos estáticos e imutáveis. Desse modo:

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças (BRASIL. 2010, p.8).

A partir da elaboração da Constituição de 1988, chamada constituição cidadã, reafirmou-se o direito das pessoas portadoras de quaisquer tipos de necessidades especiais à educação.

Atualmente, a Legislação ampara pessoas portadoras de necessidades especiais preocupa-se com essas pessoas e elabora formas de garantir a elas o exercício de seus direitos enquanto cidadãos. O alto índice de jovens e crianças deficientes não escolarizadas mobilizou uma discussão política acerca do assunto, em 1994 foi realizada pela (UNESCO) - Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, que propôs a discussão sobre as escolas não serem acessíveis a todos estudantes. Após essas discussões acerca das práticas educacionais que resultam na

desigualdade social de diversos grupos, foi ratificado um dos documentos mais importante sobre Educação Inclusiva, a Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais “[...] proclama que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias.” (BRASIL, 2010, p.7).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo MEC em 2008, instaura um novo marco teórico e organizacional na educação brasileira, os princípios definidos na atual política são ratificados pelas Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010, que definem a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização perpassando todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado orienta sua utilização nas escolas comuns auxiliando no processo de ensino-aprendizagem.

Essas discussões buscam soluções para tornar a Educação Inclusiva efetiva nas escolas comuns para isso são necessárias políticas e reformas que incentivem e preparem os profissionais e instituições escolares para receberem esses alunos de forma adequada.

Nesse cenário, a educação inclusiva torna-se pauta constante nos debates educacionais, impulsionando novas formulações que reorientam o apoio técnico e financeiro, no sentido de prover as condições para inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial nas redes públicas de ensino. Assim, o conceito de acessibilidade é incorporado como forma de promoção da igualdade de condições entre todos. (BRASIL, 2010, p. 12).

Inúmeros Decretos, Resoluções e Pareceres foram publicados sobre a inserção de educandos com necessidades especiais em escolas ditas comuns, como forma de garantir e financiar recursos para o desenvolvimento cognitivo e socialização desse grupo de pessoas.

Como forma de apoio técnico e financeiro podem ser citados:

- I – Implantação de sala de recursos;
- II – formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- III – formação de gestores, educadores e demais profissionais para educação inclusiva;
- IV – adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidades;
- V – elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para acessibilidade; e
- VI – estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições de educação superior (BRASIL, 2008, p.25).

Apesar da mobilização e constante discussão sobre o tema muitos autores afirmam que na prática das escolas brasileiras a inclusão destes alunos com necessidades especiais está longe de ser satisfatória devido a diversos motivos, especialmente nas escolas públicas, nas quais existem diversos fatores que dificultam a integração de alunos

com necessidades educacionais especiais de forma que estes possam adquirir conhecimento, socializar e desenvolver suas habilidades no seu próprio tempo.

Algumas condições encontradas nas instituições escolares são adversas para que estas ações de integração se concretizem como a falta de espaço para construção das salas de recursos, pouco material pedagógico nas escolas para serem desenvolvidas metodologias diferenciadas que facilitem o aprendizado de pessoas com necessidades especiais, salas com número excessivo de alunos, despreparo dos profissionais que atuam nas escolas, como também, a falta de adequação das áreas de convivência, dentre outros fatores.

Aos gestores que estão à frente das unidades escolares cabe a responsabilidade de mobilizar a equipe escolar para que essa realidade realmente se transforme que tudo que está tão claro nas Legislações seja realmente efetivado na prática e que “[...] assim as pessoas com deficiência possam viver e não apenas sobreviver.” (SOUZA, DAHER e NASCIMENTO, 2008, p. 31).

Integrar com eficiência e qualidade as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais nas escolas de Ensino Regular requer reformas profundas na educação é necessário que haja uma adequação dos espaços físicos e uma formação adequada aos profissionais da educação para que este processo seja qualitativo e não meramente quantitativo, que possa ser praticada uma educação mais humanitária e mais justa, objetivando uma pedagogia centrada na criança, baseada em suas habilidades, e não nas suas deficiências, e que integre conceitos, como interdisciplinaridade, respeito, coletividade e conscientização social, estas ações revertem-se em benefícios para os alunos, professores e para sociedade em geral, reforçando a importância das escolas na formação de cidadãos capazes de participar de processos que resgatem a promoção e justiça social incluindo todos os segmentos inseridos neste processo.

2.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa sobre educação inclusiva no ensino regular que será realizada em uma escola municipal localizada no município de Leopoldo de Bulhões será utilizado o método dialético com abordagem qualitativa,

Na abordagem qualitativa observam-se as situações no ambiente, sem que o pesquisador interfira no curso dos acontecimentos, no entanto estando próximo do ambiente e do objeto de estudo. Segundo Teixeira (2000, p.5):

As técnicas de coleta de dados na investigação qualitativa podem ser agrupadas em três conjuntos: a) inquéritos (por entrevista ou questionário / formulários); b) observações (por observação direta, sistemática ou participante); c) análise documental.

É necessária uma pesquisa de campo intensiva, pois esse tipo de abordagem pede descrição, compreensão e análise de informações e fatos que não são expressos por números, logo essa abordagem não tem apenas caráter expositivo, revela uma questão social que precisa ser vista e discutida.

Para ter uma pesquisa consolidada com dados, informações e credibilidade são indispensáveis o referencial teórico que se adquire, por meio de leitura e de estudos já publicados sobre o tema. Conforme Cruz (2011, p.26):

A pesquisa bibliográfica é indispensável a sua realização antes de se iniciar qualquer estudo, para não se correr o risco de estudar um tema que já foi amplamente pesquisado e também para se ter conhecimento dos principais autores que estudam sobre o tema e saber qual é a situação do referencial teórico na área.

Esse tipo de pesquisa é a base para as demais, conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema tem o objetivo de colaborar com a argumentação do pesquisador.

Buscar livros, monografias, artigos científicos que trazem contribuições teóricas sobre o assunto investigado, enriquece o trabalho, caracteriza linhas de pensamentos divergentes, que fazem o pesquisador refletir acerca do tema pesquisado.

A pesquisa de campo e o estudo de caso proporcionam ao pesquisador conhecer a fundo o ambiente e o grupo estudado. O estudo de caso é uma investigação de fenômenos dentro do seu contexto real. Para Cruz (*apud* MARTINS e THEÓFILO, 2007, p.61):

[...] o pesquisador não tem controle sobre os eventos variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto [...] o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social [...].

O pesquisador se encontra totalmente imerso no ambiente pesquisado, sem controle dos fatos, sendo que sua pesquisa deve acontecer seguindo as situações que vão acontecendo naturalmente.

Com análise documental pode-se partir de um contexto histórico e geral; analisando os congressos, a legislação brasileira; as resoluções e pareceres do MEC (Ministério da Educação e Cultura), até chegar aos laudos e relatórios dos educandos com deficiência da instituição escolar pesquisada.

Silva e Almeida (*apud* OLIVEIRA, 2009, p. 69) se posicionam sobre a pesquisa documental como: “A pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em

documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais [...]”.

Analisar como a questão da inclusão é agregada no regimento escolar e no Projeto Político pedagógico da escola mostrará de que maneira a equipe gestora corrobora para a inclusão social ser efetivada na comunidade escolar. Conhecer os relatórios e laudos das crianças e adolescentes enriquecerá o estudo de caso e a pesquisa de campo.

Descrever a realidade de uma escola pública de ensino regular da zona rural, localizada num pequeno município que atende alunos com deficiências motora, mental e sonora, sem interferir na ordem dos acontecimentos, relatar como a gestão escolar faz a junção da educação inclusiva no ensino regular, por meio da observação sistemática que “[...] caracteriza-se por ser estruturada e realizada em condições controladas [...]” (CRUZ, 2011, p.68-69), podendo apontar erros e acertos do modo como que gestores e educadores estão realizando suas práticas em relação aos alunos que necessitam de atendimento educacional especializado.

Para descrever a real situação da educação inclusiva numa escola de ensino regular observada é preciso conhecer o ponto de vista dos profissionais inseridos nesse processo.

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) com o professor regente do 4º ano e dois membros da equipe gestora (coordenadora pedagógica e gestora), podendo assim analisar as opiniões dessa equipe escolar sobre como é realizado o processo de socialização e de desenvolvimento cognitivo dos alunos com deficiência da escola observada.

Para compreender as relações sociais entre os educandos (Apêndice B) um aluno que não possui necessidade especial responderá o questionário semiestruturado e, um aluno que apresenta necessidades educacionais fará um depoimento sobre sua vida escolar, ambos frequentam o 8º ano. Dessa forma é possível verificar o nível de socialização e de aprendizagem, que alunos com deficiência adquirem com as metodologias e políticas elaboradas pela equipe escolar, cujos resultados serão analisados, em conformidade com as respostas e propostas apresentadas pelos participantes à luz dos pressupostos teóricos que contemplam os conteúdos analisados.

2.7 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os questionários foram aplicados junto a uma professora regente e a uma aluna (não portadora de necessidades especiais) do 8º ano do Ensino Fundamental 2º fase, à coordenadora do turno matutino, a gestora da escola.

Foi ouvido e reescrito um depoimento de um aluno portador de necessidades especiais que frequenta o 8º Ano - Ensino Fundamental (Aluno de dezenove anos).

A princípio será feita a análise das respostas da aluna não portadora de necessidades especiais, que possui treze anos.

Na sala desta garota tem oito (08) alunos sendo dois (02) portadores de necessidades educacionais especializadas, “No Brasil cerca de 10% da população tem necessidades especiais” (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p. 263). Assim, com uma parcela tão grande da população portadora de necessidades especiais, nosso país deveria estar mais bem preparado para atendê-las.

Na terceira questão a aluna aponta dificuldades enfrentadas pela escola no atendimento dos alunos com necessidades especiais, ela cita pontos que autores descrevem como impedidores da efetivação da inclusão nas escolas.

A inclusão de alunos especiais em salas de ensino regular ocorreu antes da capacitação dos professores, o que os tornou despreparados para atender este público (ARAÚJO, KFOURI e NASCIMENTO, 2011) aliado à falta de materiais adequados e a precariedade da infraestrutura estes reforçam a ineficiência do sistema educacional brasileiro em preparar os meios para concretização de políticas públicas que acrescentem o currículo das escolas.

No item 4 e 5 que questiona a interação entre os alunos a jovem afirmou que as relações são de amizade e igualitárias, nos itens seguintes ela apresentou incoerência entre suas respostas, pois na questão 3 afirma que os professores não são qualificados e nas últimas questões diz que os educadores promovem brincadeiras e atividades que estimulam a interação e reitera dizendo que não há nada a ser sugerido para melhorar a integração e interação entre os grupos na escola.

Durante a conversa com o aluno do 8º ano portador de necessidades especiais o indaguei sobre suas relações na escola e aprendizado obtido até o momento. Nos apêndices consta um roteiro no qual é apresentado as principais questões a serem investigadas, no entanto expliquei com palavras simplificadas para o discente que é portador de deficiência mental e motora.

O jovem tem dezenove anos e frequenta o 8º ano do Ensino Fundamental. Na primeira questão onde perguntei se ele gostava de estudar ele respondeu depois de pensar um pouco que não gostava muito porque queria estudar à noite.

Constitui-se verdade inquestionável o fato de que, a todo momento, as diferenças entre os homens fazem-se presentes, mostrando e demonstrando que existem grupos humanos dotados de especificidades naturalmente irredutíveis. As pessoas são diferentes de fato, em relação à cor da pele e dos olhos, quanto ao gênero e à sua orientação sexual, com referência às origens familiar e regional, nos hábitos e gostos, no tocante ao estilo. Em resumo, os seres humanos são diferentes, pertencem a grupos variados, convivem e desenvolvem-se em culturas distintas. São, então, diferentes de direito. É o chamado direito à diferença; o direito de ser diferente. (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p. 37)

Este jovem se sente muito diferente dos colegas por estar numa sala com alunos que tem em média treze anos, essa diferença faz com que ele se sinta deslocado e lhe causa estranheza, talvez seja este o motivador para que ele queira estudar no período noturno, onde os alunos tem uma faixa etária mais próxima à dele.

Quando questionado sobre a importância dos estudos na vida de uma pessoa ele foi contraditório dizendo primeiramente que não sabia e depois relacionou os estudos com um desejo pessoal de ser peão de rodeio. Para atender os anseios desta clientela os docentes devem adequar sua prática para estimular:

[...]o aprendiz a desenvolver os trabalhos em equipe, ouvir outras opiniões, a considerar o contexto ao elaborar as propostas das soluções, tornando-o consciente do que ele sabe e do que precisa aprender. Motiva-o a buscar as informações relevantes, considerando que cada problema é um problema e que não existem receitas para solucioná-los. (BRASIL, 2010, p. 30)

Nesta resposta o aluno demonstra que tem objetivos traçados e reconhece a importância da escola para alcançá-lo, é importante que a didática praticada nas escolas acolham essas pessoas adequem as metodologias às suas necessidades educacionais, mas não as tornem dependentes de terceiros que indiquem caminhos para a independência para que possam construir sua história traçando objetivos e buscando alcançá-los. Ele realça suas habilidades afirmando ser muito eficiente ao resolver cálculos matemáticos, ressalta sua dificuldade na leitura e na escrita, dificuldade e facilidade em determinadas matérias é um fato comum tanto no Ensino Regular quanto na Educação Inclusiva, o professor deve estar preparado para perceber a singularidade de cada caso analisá-la e atuar frente a ela, criando metodologias facilitadoras para o aprendizado.

Em relação à socialização com os colegas o entrevistado demonstrou ficar irritado quando os colegas o apelidavam, e ameaçou bater neles se esse fato se repetisse. Segundo Ferreira e Guimarães (apud PIERUCCI, 1999, p. 34):

Tratar as pessoas diferentemente, e assim fazendo, enfatizar suas diferenças, pode muito bem estigmatiza-las (e então barra-las em sua matéria de emprego, educação, benefícios e outras oportunidades na sociedade), do mesmo modo que tratar de modo igual os diferentes pode nos deixar insensíveis às suas diferenças, e isto uma vez mais termina por estigmatiza-los e, do mesmomo, barra-los socialmente num mundo que foi feito apenas a favor de certos grupos e não de outros. Ser diferente é um risco de qualquer maneira [...]

A sociedade está se tornando mais complexa a cada dia, a diversidade aumenta de forma acelerada, respeitar as diferenças étnicas, raciais, sexuais, entre outras é fundamental para conviver em sociedade. A escola é um importante campo para a disseminação de práticas integradoras que oportunize condições de vida dignas e qualitativas a comunidade em geral. No ambiente escolar é necessário que existam planos de ação elaborados para combater atitudes discriminatórias de forma a extinguir toda forma de preconceito e segregação social equiparando os diversos grupos imersos neste ambiente.

Ao analisar as respostas da professora regente que possui experiência de nove (09) anos no trabalho com pessoas portadoras de necessidades especiais se depara novamente com as dificuldades relatadas pelos profissionais da educação; a falta de suporte físico, qualificação específica e materiais de apoio. Segundo Araújo, Kfourri e Nascimento (2011, p. 94):

Para que de fato a inclusão possa ocorrer, a Lei preconiza que seja feita capacitação docente por meio de cursos de especialização, devendo, quando houver necessidade, serviço de apoio especializado para que as necessidades dessa clientela possam ser atendidas.

Essas fragilidades nos processos de inclusão podem fazer com que as escolas de Ensino Regular tornem-se ambientes de exclusão, colocando os “especiais” a margem do processo de ensino-aprendizagem devido à falta de preparo dos profissionais e das instituições educativas.

Apesar de afirmar que trabalha em condições adversas a entrevistada diz ter visto desenvolvimento quanto à leitura e desenho nos alunos com que leciona. Nos itens que abordavam a integração entre os alunos professora descreveu essas relações como ótimas.

Foi sucinta ao descrever a atuação da gestão e coordenação da escola quanto ao assunto, descrevendo como “naturais” as atitudes destas em relação à Educação Inclusiva.

Ao sugerir mudanças para melhorar as condições de interação e participação na escola a professora retoma a importância da capacitação profissional e adequação dos espaços físicos.

A análise do questionário da gestora e da coordenadora da unidade escolar será feita conjuntamente devido à semelhança das respostas o que demonstra uma sintonia de concepções entre elas sobre o processo de inclusão nas escolas de Ensino Regular.

A coordenadora pedagógica caracteriza a gestão apesar de jovem, empenhada em garantir qualidade no processo ensino-aprendizagem e promover a participação na tomada de decisões, fazendo uma gestão democrática e participativa. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 328):

Considerando os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para instrumentação científica e cultural da população, é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão escolar, como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes.

Atualmente, a gestão deve ser atuante para criar formas de participação de todos os grupos na promoção do conhecimento e oportunizar a inclusão é uma das formas de democratizar as oportunidades de ensino, tornando possível a ascensão social os agentes participantes do processo ensino-aprendizagem.

Quando são indagadas sobre as dificuldades encontradas no processo de inclusão as entrevistadas mencionam aspectos físicos, falta de materiais adequados e principalmente a falta de capacitação e interesse dos profissionais em adequar suas práticas às necessidades dos educandos.

Constatar a falta de interesse dos profissionais da educação é contrariar os princípios da educação, já que educadores devem ser motivadores da busca pelo conhecimento contínuo e atualizado, pois não há como enriquecer e adaptar nossas práticas educativas para atender, as constantes mudanças da sociedade sem o contínuo estudo. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 337):

A escola é um espaço educativo, lugar de aprendizagem em que todos aprendem a participar dos processos decisórios, mas constitui também o local em que os profissionais desenvolvem seu profissionalismo [...] requer constante aperfeiçoamento profissional – político, científico, pedagógico – de toda equipe.

Logo para se ter êxito na realização de projetos e processos novos requerem estudos e qualificação contínuos. Os gestores podem contribuir para essa formação incentivando e criando momentos de estudo.

Foi relatado pela coordenadora ao responder o item 5 do questionário que há estímulo a participação de funcionários em cursos específicos sobre o tema, que são elaborados projetos para envolver todos os alunos, são sugeridas metodologias e atividades diferenciadas e o assunto é discutido em reuniões.

A gestora se referiu aos mesmos pontos que a coordenadora e, ainda acrescentou que os professores são liberados durante o horário de aula para frequentarem um curso de capacitação sobre Educação Inclusiva.

A gestão deve ser incentivadora da formação continuada dos funcionários da instituição para o desenvolvimento pessoal e profissional destes em busca de objetivos comuns que colaborem com o processo ensino-aprendizagem (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

Em vários momentos as entrevistadas falam sobre o despreparo dos profissionais em atuar diante dos desafios da Educação Inclusiva, ressaltam a importância da formação destes profissionais e cobram do poder públicas adequações na estrutura física da escola.

Quando a gestora é questionada sobre o seu papel como facilitadora do processo de implantação da Educação Inclusiva no ensino regular, ela pondera afirmando ser uma tarefa difícil e que tenta fazer com que todos os alunos se sintam parte do processo de maneira a participar das atividades realizadas na escola de forma a contribuir para o desenvolvimento pessoal de cada um e reitera que para esse processo se concretizar é fundamental a preparação dos educadores.

Quanto à integração entre os educandos as entrevistadas afirmaram reconhecer algumas atitudes discriminatórias entre os alunos, o que foi negado pela aluna e professora regentes entrevistadas.

A gestora destacou que esse comportamento de rejeição ocorre principalmente com os portadores de necessidades intelectuais/mentais, que não se comunicam convencionalmente. As educadoras sugeriram aperfeiçoamento nas técnicas desenvolvidas em sala de aula e adoção de metodologias mais lúdicas e concretas para promoção da socialização e difusão do conhecimento entre os alunos. Nesse sentido:

É nos bancos escolares que se aprende a viver entre os nossos pares, a dividir as responsabilidades, a repartir tarefas. Nesses ambientes, desenvolve-se a cooperação e a produção em grupo com base nas diferenças e talentos de cada um e na valorização da contribuição individual para a consecução de objetivos comuns de um mesmo grupo. A interação entre colegas de turma, a aprendizagem colaborativa, a solidariedade entre alunos e entre professores devem ser estimulados. Os professores quando buscam obter o apoio dos alunos e propõe trabalhos diversificados e em grupo, desenvolvem formas de compartilhamento e difusão dos conhecimentos nas salas de aula.

Durante a realização dessa pesquisa foi possível constatar que a mudança de uma escola pautada nas diferenças e métodos de seleção para uma escola que respeite as diferenças, demanda estudo, conhecimento e determinação.

Essas mudanças não ocorrerão pela mera imposição de leis, elas dependem da colaboração dos agentes participantes nos espaços educativos em buscar conhecimento e promover ações integradoras nas escolas, sem tirar a responsabilidade do poder público que deve dar condições estruturais e financeiras para que a qualidade de ensino atinja todas as vertentes da sociedade.

Nessa perspectiva, a gestão de pessoas é um dos requisitos mais importantes para a garantia do êxito escolar, fazer com que todos foquem no ‘bem comum’, estabelecendo metas coletivas requer um poder de persuasão, argumentação e paciência no decorrer do gerenciamento e administração escolar.

3 O PROCESSO DE INTERVENÇÃO

3.1 TEMA E JUSTIFICATIVA

O projeto Integração: Educação Inclusiva no Ensino Regular se justifica como forma de efetivar ações que contribuam para a melhoria desse processo na escola investigada, haja vista durante o processo de investigação foi possível identificar a dificuldade do corpo docente da Escola Municipal Ronaldo Roberto Rocha em atender pessoas com necessidades educacionais especiais e de criar metodologias e práticas que viabilizem o desenvolvimento sócio cognitivo desses jovens e crianças que frequentam a instituição.

Outro aspecto preocupante na inserção de pessoas com necessidades especiais nesta unidade de ensino é a dificuldade enfrentada na socialização entre os educandos, a falta de interação entre os grupos durante as atividades na sala de aula e momentos de recreação é discriminatória.

Portanto, para minimizar esses aspectos que impedem a valorização da diversidade humana e criam barreiras para parte da sociedade, juntamente com a equipe gestora foram elaboradas algumas ações de intervenção nesse processo.

3.2 ÁREAS DO CONHECIMENTO

Durante o desenvolvimento do projeto algumas disciplinas poderão ser agregadas as atividades propostas. Durante a conversa com a coordenadora do turno matutino e a professora de apoio foram sugeridas algumas atividades que envolvem a Matemática, Língua Portuguesa e Educação Física tais como: boliche de palavras, amarelinha de letras e também de números, jogos e brincadeiras com bolas para estimular o controle dos movimentos e melhorar a coordenação motora.

Utilizando os vídeos que foram reproduzidos para os alunos pode-se trabalhar a matéria de Artes, pedindo para que façam desenhos que representem as ideias principais dos vídeos. A professora de Língua Portuguesa do 7º ano usou uma música dos vídeos para fazer interpretação e depois pediu para que os educandos escrevessem textos dissertativos sobre o tema: Educação Inclusiva a partir do conhecimento que estes tinham adquirido durante o projeto de intervenção.

A professora de Ensino Religioso do 6º ano trabalhou em suas aulas temas relacionados à socialização na escola e sociedade focando como tema os valores, interessada em resgatar a proximidade e solidariedade entre os alunos. O tema trabalhado no projeto abrange muitas áreas de conhecimento, especialmente a área de humanas, pois requer um trabalho de resgate de valores e conceitos atualmente renegados por uma sociedade capitalista e altamente competitiva, na qual as dificuldades apresentadas pelos indivíduos são consideradas índices de seletividade.

3.3 PÚBLICO ALVO

Participarão das Atividades de Intervenção, os alunos do 4º ao 8º Ano do Ensino Fundamental do turno matutino, a Equipe Gestora – Direção e Coordenação Pedagógica, corpo docente e demais funcionários da escola.

3.4 OBJETIVOS

3.4.1 Geral

Promover interação e conhecimento entre os diferentes grupos inseridos no ambiente escolar.

3.4.2 Específicos

- Informar a equipe escolar sobre as Legislações vigentes acerca da Educação Inclusiva.
- Conscientizar educadores e educandos sobre a importância da integração social por meio de palestras e exposição de cartazes.
- Realizar atividades para resgatar nos discentes valores como a tolerância, paciência, amizade e respeito.
- Promover discussões entre os educadores sobre metodologias diferenciadas para facilitar o processo ensino-aprendizagem.

3.5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apesar de termos uma sociedade tão heterogênea e rica nas suas diferenças, grande parte da população não enxerga essa diversidade com bons olhos, ao ponto de praticar a segregação das minorias evitando sua participação e ascensão social. Assim:

Um rápido exame da história nos mostra que a exclusão social sempre existiu, ainda que manifestada de diferentes formas, em diferentes culturas. As evidências mostram que a cultura humana sempre esteve ligada à ideia da distinção e da discriminação entre os grupos sociais (SOUZA; NASCIMENTO; DAHER, 2008, p. 58).

Terá havido no mundo alguma sociedade realmente igualitária em que as pessoas fossem respeitadas, onde todos usufríssem de maneira parecida as oportunidades?

A partir da década de 60 começaram a surgir entre estudiosos à preocupação em tornar a participação de pessoas com necessidades especiais efetiva em campos da vida social, como frequentar a escola e integrar o mercado de trabalho.

Porém, a maneira como essa inserção foi feita não desfez as amarras das distinções, pois ao analisar o fenômeno da vivência do homem em grupos, fica evidente como na sociedade o preconceito, embora negado ou disfarçado com veemência, é visivelmente arraigado. Assim:

“Os grupos minoritários – negros, índios, idosos, e pessoas com deficiência, entre outros – são vistos não raro com reserva e distância. É desgastante ao extremo para qualquer ser humano enfrentar o ‘olhar público’ de sua diferença” (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p. 69-70).

Portanto, não basta aprovar leis que obriguem a aceitação das minorias deve-se aprender a respeitar qualquer diferença e conviver naturalmente com estas e não há melhor lugar para entender e aplicar esse processo do que as escolas.

Nos últimos anos as discussões sobre a implantação da Educação Inclusiva nas escolas de ensino regular, para afirmar o processo de inclusão a fim de tornar mais igualitária as oportunidades e garantir o convívio e troca de experiências entre os diversos grupos da sociedade, tornou-se um assunto obrigatório dentre os estudiosos e principalmente dos partidários que fizeram dessa ideia quase que uma bandeira política. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p.265-266):

[...] Aliada ao fato de que é alto o custo das escolas especiais e à necessidade de melhorar o custo/benefício de sistema educativo, possibilita inferir que a questão da escola integradora extrapola o objetivo de oferecer educação para todos e visa baratear o custo educacional das crianças com necessidades educativas especiais. Tal suposição fortalece-se ao se verificar que não houve preocupação de capacitar os professores antes de tão importante definição, como também não se adequou a escola, nem mesmo fisicamente, para receber tais alunos.

A preocupação em democratizar as escolas públicas é vista por alguns estudiosos como bandeira política de governantes em busca da aprovação da população criando, obrigar as escolas públicas a atender crianças com necessidades especiais mesmo sem condições físicas e pedagógicas aumenta a sensação de exclusão nas escolas, pois em vez de proporcionar desenvolvimento cria situações de constrangimento e segregação, pois não existem condições de oferecer um ensino de qualidade criando oportunidades de ascensão social a todos educandos.

A escola atende a todos que requerem matrícula seguindo as orientações das Legislações vigentes, apesar de não possuírem as condições adequadas para atendê-los, especialmente no que toca ao espaço físico como já foi descrito no relatório de estágio a escola referida não tem as adaptações necessárias para atender esse público de forma satisfatória.

Não há adaptações nos banheiros, rampas, corrimãos, cadeira e mesas adequadas ou mesmo sala de recursos com materiais diferenciados facilitadores do processo ensino-aprendizagem.

Infelizmente esse discurso dos autores reflete a situação da instituição pesquisada nota-se um despreparo dos professores regentes e até mesmo do professor de apoio quanto ao trabalho com pessoas portadoras de necessidades especiais, não é feito um trabalho diferenciado, lúdico e de coordenação com estes alunos, que estimule seu desenvolvimento, pois as técnicas de ensino devem se adequar as necessidades dos alunos e não o contrário.

Diante de tantas adversidades a atuação do gestor como mediador de conflitos e incentivador pela busca do conhecimento se torna requisito para uma gestão integradora e democrática que estimula no espaço educativo a participação das minorias, apesar das resistências encontradas.

Pesquisar formas para que o processo de integração se efetive nas escolas de modo que cada aluno tenha a possibilidade de aprender, a partir de suas aptidões e capacidades, sem que haja a promoção de alguns alunos e marginalização de outros durante o processo escolar.

Os envolvidos no ambiente escolar devem trabalhar de forma a garantir que a qualidade de ensino seja ofertada a todos. E a oferta de educação especial é garantida pelo Estado, sendo assegurada na Constituição Federal de 1988 e reafirmada por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), em seu art. 58:

Art. 58- Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (Brasil, 1996, p.25)

O fato é que para que a inclusão rompa com os paradigmas que sustentam os pilares do tradicionalismo das instituições educativas e transponha as atitudes discriminatórias e preconceituosas da sociedade, uma reforma escolar terá que ser iniciada, deve-se, portanto existir uma escola capaz de lutar contra atitudes excludentes, oferecendo uma educação afetiva, que promova melhoras no ambiente escolar e à aprendizagem dos alunos.

Porém, “conhecemos a realidade da escola brasileira e sabemos que a mesma não consegue garantir uma educação de qualidade nem para crianças sem necessidades educativas especiais” (ARAÚJO, KFOURI e NASCIMENTO 2011, p. 96). Dessa forma, enquanto educadores podemos e devemos exigir que a qualidade no ensino seja assegurada por meio de ações políticas condizentes e, então oferecer uma educação de qualidade para todos educandos, sejam ou não portadores de necessidades educativas especiais equiparando as oportunidades de promoção social.

O sistema educacional brasileiro necessita de reformulações amplas para atender com qualidade qualquer clientela, melhorando a qualidade de ensino em todos os níveis da educação ministrando uma educação de resgate de valores esquecidos, atendendo às necessidades educacionais dos educandos de forma a oportunizar maior igualdade na atual sociedade capitalista altamente competitiva, o processo de inclusão baseia-se no entendimento de que a sociedade precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros de forma a equipará-los.

3.6 ETAPAS E PROCEDIMENTOS

As intervenções aplicadas serão feitas de acordo com a disponibilidade da instituição pesquisada, de forma a não ‘atrapalhar’ o desenvolvimento das atividades e projetos já programados para serem desenvolvidos e aplicados durante o semestre letivo. Por isso, as intervenções ocorrerão durante a realização de alguns projetos e atividades propostos pela escola.

3.6.1. Estratégias

3.6.1.1 Estratégias de Ação

Essas estratégias foram elaboradas com auxílio da equipe gestora e pedagógica da escola para que esse projeto não fosse apenas algo esporádico, mas que fossem vistas como ações rotineiras, com o intuito de tornar o espaço escolar mais democrático e integrador, possibilitando o crescimento dos educandos e funcionário que nela atuam.

O desenvolvimento do projeto Semana da Alimentação será mesclado muito bem com a integração dos alunos com necessidades especiais, pois eles realmente poderão participar; ouvindo a palestra, a apresentação de trabalhos, contribuindo com a arrecadação de alimentos e podendo interagir ativamente com os colegas e professores.

Será realizada uma mini palestra com os funcionários da escola durante o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo, pois estes poderão conhecer melhor as legislações educacionais vigentes sobre a Educação Inclusiva e conceitos de integração, inclusão, escola inclusiva e os processos inclusivos que tornam a escola comum inclusiva.

As palestras conversas e mensagens disponibilizadas aos professores têm como objetivo apresentar novos conceitos e métodos oriundos dessa nova perspectiva de 'educação integradora', para que estejam cientes da importância do papel que desempenham na realização de ações que firmem essa nova proposta para equiparar o conhecimento e as oportunidades.

Conscientizar e preparar os professores são pontos cruciais na implantação e concretização de práticas inclusivas, pois se trata de romper com modelos adotados e seguidos há anos, cabe ao professor desempenhar seu papel de formador e multiplicador, que não se restringe em ensinar apenas uma parcela de alunos que conseguem atingir o desempenho esperado, mas que ensina a todos indistintamente, agregando a sua prática a difusão de valores como respeito à diversidade e comprometimento com o desenvolvimento social.

Em relação à adequação das práticas educativas as necessidades dos educandos, juntamente com a coordenadora do horário matutino serão sugeridas algumas técnicas para serem utilizadas pela professora de apoio.

Como as 03 (três) crianças com necessidades especiais desse período possuem deficiência mental e motora, jogos com bola, cordas, com o brinquedo 'monte e puxe' serão sugeridos, para que estes tenham mais coordenação ao manusearem os materiais escolares.

O trabalho com os alunos será uma forma de incentivar a existência de uma maior interação com as crianças portadoras de necessidades especiais, já que foi observado

durante as atividades de estágio que, apenas uma das crianças tinha maior contato e participação nas atividades e brincadeiras realizadas na sala de aula ou nos momentos de recreação.

3.6.2 Culminância

As intervenções serão realizadas durante o Projeto Semana da Alimentação, por meio da realização de palestras para funcionários da escola e alunos, bem como, durante a comemoração das festas juninas e da exposição de cartazes.

3.8 DURAÇÃO

Este projeto será desenvolvido durante os meses de março a junho do presente ano (2013), contemplando uma carga horária de 20 horas.

3.9 AVALIAÇÃO

A avaliação será feita por meio da observação relativa à participação dos educandos e dos funcionários que atuam no ambiente escolar nas atividades propostas durante o processo de intervenção.

3.10 RECURSOS

Para a realização das atividades de intervenção foram utilizados materiais como papel A4, cartolina, *notebook*, *Datashow*, tela de projeção, alimentos, aparelho de som (para ensaios e apresentação da quadrilha na festa junina), fita adesiva, textos reflexivos e materiais variados para confecção de cartazes.

3.11 RESULTADOS

Os resultados da intervenção foram favoráveis, pois as atividades propostas despertaram o interesse dos envolvidos no ambiente escolar da instituição pesquisada a buscar novos conhecimentos sobre o assunto e aplicá-los na sala de aula, reiterando que essas práticas de estudo e reflexão devem ser contínuas no espaço educativo

proporcionando a renovação do conhecimento e concretização das políticas públicas voltadas para a qualidade de ensino.

Com a autorização da gestora oportunizou-se momentos de conversa com a professora de apoio para sugerir ações e atividades lúdicas para usar como facilitadores do processo ensino-aprendizagem o que facilitou a realização das atividades propostas.

Aproveitando a época de festa junina foi possível criar momentos de interação entre eles e também realizar uma palestra, onde foram exibidos vídeos que mostravam que todos na sociedade eram diferentes e mereciam respeito, pois o reforço da distinção provoca as desigualdades sociais e de exclusão na escola e na coletividade em geral, foram fixados cartazes com mensagens sobre inclusão pelo pátio da escola.

É importante destacar que, quando toda a comunidade escolar reconhece as diferenças dos alunos e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas é possível romper com as amarras da segregação e distinção das minorias, desfavorecidas há tanto tempo pelo sistema classificatório e seletivo que sustenta o elitismo, a competitividade e a meritocracia reforçadores das desigualdades sociais.

4 CRONOGRAMA

Atividades	Meses									
	2012/2013									
	Dez.	Jan.	Fev	Mar.	Abril	Mai	Jun.	Jul.	Ago	
Levantamento de dados bibliográficos	■	■								
Elaboração e realização do Projeto de Investigação			■							
Realização das Atividades de Estágio em Gestão Educacional				■	■	■				
Elaboração e aplicação de instrumentos de coleta de dados e análise dos resultados – Investigação					■					
Desenvolvimento do Projeto e Investigação					■	■				
Elaboração do Projeto de Intervenção						■				
Desenvolvimento do Projeto de Intervenção							■			
Revisão Final do Trabalho								■	■	
Apresentação/Seminário Temático										■

Fonte: Francielly Pereira do Nascimento (2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação é um processo que está em constante reformulação de acordo com as mudanças da atual sociedade, para acompanhar estas inovações impostas pelo novo contexto é necessário que sejam propostas novas metodologias e práticas educacionais que supram às necessidades da clientela atendida pelas instituições escolares. Conceitos como gestão democrática e Educação Inclusiva são pontos que requerem um estudo aprofundado, pois estes conceitos devem estar presentes no cotidiano escolar para que a educação tenha uma relevância social, para que a escola seja construída a partir da ação coletiva.

Dessa forma, buscar a gestão democrática e participativa promovendo a inclusão social de todos os segmentos imersos na sociedade promove a justiça social de forma a equiparar as oportunidades; descentralizando o poder de decisão, promovendo o crescimento profissional e ético, valorizando a comunidade e a equipe escolar buscando firmar um compromisso com uma educação inovadora e de qualidade capaz de fazer a diferença.

Durante a pesquisa-ação é possível identificar questões relevantes que interferem no processo ensino-aprendizagem, ao se deparar com estas indagações busca-se nos estudos bibliográficos, no processo investigativo e no estágio entender as causas destes empecilhos que dificultam a efetivação da aprendizagem. A partir desses pressupostos foi elaborado um projeto de intervenção para amenizar essas interferências de modo a facilitar a difusão do conhecimento e proporcionar oportunidade de aprender a todos os frequentadores da instituição escolar independente de suas limitações físicas ou cognitivas. É importante ressaltar que a pesquisa não deve ser findada por agora espera-se que as intervenções feitas na escola pesquisada motive seus profissionais a buscarem conhecimento constante e que estes alimentem o senso de justiça social em seus alunos por meio do currículo trabalhado durante o ano letivo.

Assim, se o propósito da escola é formar cidadãos críticos e reflexivos, a gestão democrática é a política necessária para incluir as diferentes faces da sociedade brasileira. Portanto a escola é um espaço composto pela diversidade, onde as relações sociais devem ser baseadas no respeito as diferenças, logo uma educação de qualidade proporciona formação cognitiva e cidadã, pois uma escola democrática não é aquela em que todos fazem o que querem, mas sim, aquela em todos realizam ações para o bem da coletividade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriana de; KFOURI, Samira Fayez; NASCIMENTO, Josilane Burque Ricci. **Políticas e gestão dos espaços educativos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A escola comum inclusiva**. Brasília: SEE, 2010. 48 p.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ . Acesso em: 23 de maio. 2013

CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Pesquisa em educação**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

ESCOLA MUNICIPAL RONALDO ROBERTO ROCHA. **Projeto Político Pedagógico**. Leopoldo de Bulhões, 2013. 86 p.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

RESSURREIÇÃO, Antonio Carlos sobrinho da; SOBRINHO, José Amaral. **Como elaborar o plano de desenvolvimento da escola**. Disponível em [ftp://ftp.fn-de.gov.br/web/fundescola/publicacoes.../pde](http://ftp.fn-de.gov.br/web/fundescola/publicacoes.../pde) . Acesso em: 15 de maio. 2013.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus. **Currículo, conhecimento e cultura escolar**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

SILVA, Jackson Ronie Sá et' al. **Pesquisa documental**. Disponível em rbhcs.com/indexar-quivos/artigos. Pesquisa%20documental. Acesso em: 06 de dezembro. 2012.

SOUZA, Angela Maria Costa de; NASCIMENTO, Marilena; Daher, Sérgio (coord.). **Caminhos da inclusão**. Goiânia: Kelps, 2008.

TEIXEIRA, Elizabeth. **A prática metodologia e pesquisa qualitativa**. Disponível em <http://www.anputur.org.br/portal//images/stories>. Acesso em 01 de dezembro. 2012.

VEIGA, Ilma A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**. Campinas: Papyrus, 1995.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A - ENTREVISTA COM PROFESSOR REGENTE

A senhora está convidada a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa intitulada: O papel da gestão escolar na Educação inclusiva, sob responsabilidade da pesquisadora: Francielly Pereira do Nascimento e da orientadora Prof^a. Ivana Monnerat de Azevedo da Faculdade católica de Anápolis.

Caso à senhora concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

- a) Você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder as perguntas que lhe ocasionarem constrangimento de qualquer natureza;
- b) Sua identidade será mantida em sigilo;
- c) Caso você queira poderá ser informada de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa.

Grata pela colaboração.

I. Identificação:

II. Questões:

1. Qual é sua formação acadêmica?

2. Há quanto tempo está lecionando com alunos que possuem deficiência?

3. Quais foram as maiores dificuldades encontradas no ensino de crianças com necessidades especiais?

4. Você observou o desenvolvimento sócio cognitivo dos alunos com deficiências durante esse primeiro bimestre? Quais foram eles?

5. De que forma o professor de apoio atua na sala de aula para facilitar o processo de ensino e aprendizagem das crianças deficientes?

6. Como é a relação entre os alunos na sala de aula e nos momentos de recreação propostos pela equipe escolar?

7. Em sua opinião, os alunos com deficiência sofrem algum tipo de preconceito? De que tipo?

8. Como a gestão e coordenação atuam nesse contexto?

9. Você acredita que esta escola apresenta condições estruturais e pedagógicas para atender de forma satisfatória os educandos com deficiências? Por quê?

10. O que você sugere para melhorar a interação e participação entre os educandos de todos os grupos inseridos no ambiente escolar?

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM COORDENADOR PEDAGÓGICO

A senhora está convidada a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa intitulada: O papel da gestão escolar na Educação inclusiva, sob responsabilidade da pesquisadora: Francielly Pereira do Nascimento e da orientadora Prof^a. Ivana Moneratt, da Faculdade católica de Anápolis.

Caso à senhora concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

d) Você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder as perguntas que lhe ocasionarem constrangimento de qualquer natureza;

e) Sua identidade será mantida em sigilo;

f) Caso você queira poderá ser informada de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa.

Grata pela colaboração.

I. Identificação:

II. Questões:

1. Qual é sua formação acadêmica? _____

2. Há quanto tempo está atuando na coordenação pedagógica?

3. Como você caracteriza a atual gestão da escola?

4. Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades encontradas no ensino de crianças com necessidades especiais?

5. Quais são as intervenções que a coordenação e gestão propõem diante dessas dificuldades?

6. Como você avalia o trabalho realizado pelos professores regentes que lecionam com discentes que possuem algum tipo de necessidade educacional especial?

7. Quais são as contribuições do professor de apoio no desenvolvimento sócio cognitivo das crianças com necessidades especiais?

8. Você acredita que esta escola apresenta condições estruturais e pedagógicas para atender de forma satisfatória os educandos portadores de necessidades especiais? Por quê?

9. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a qualidade do ensino oferecido aos alunos com necessidades educacionais especiais?

10. De que forma a coordenação auxilia os professores no trabalho com os alunos que possuem alguma necessidade especial?

11. Como você analisa as interações entre os educandos durante as aulas e momentos de recreação? Em sua opinião, os alunos com necessidades especiais sofrem algum tipo de preconceito durante o desenvolvimento das atividades?

12. O que você sugere para melhorar a qualidade de ensino e a socialização entre os educandos dos diferentes grupos sociais inseridos no ambiente escolar?

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM A GESTORA DA ESCOLA

A senhora está convidada a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa intitulada: O papel da gestão escolar na Educação inclusiva, sob responsabilidade da pesquisadora: Francielly Pereira do Nascimento e da orientadora Prof^a. Ivana Moneratt, da Faculdade católica de Anápolis.

Caso à senhora concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

III. Você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder as perguntas que lhe ocasionarem constrangimento de qualquer natureza;

IV. Sua identidade será mantida em sigilo;

V. Caso você queira poderá ser informada de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa.

Grata pela colaboração.

I. Identificação:

II. Questões:

1. Qual é sua formação acadêmica?

2. Há quanto tempo está atuando na gestão escolar?

3. Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades encontradas no ensino de crianças e jovens portadores de necessidades especiais?

4. Quais são as intervenções que a coordenação e gestão propõem diante dessas dificuldades?

5. Como você avalia o trabalho realizado pelos professores regentes que lecionam com discentes que possuem algum tipo de deficiência? Quais são as contribuições do professor de apoio no desenvolvimento sócio cognitivo das crianças com necessidades especiais?

6. Você acredita que esta escola apresenta condições estruturais e pedagógicas para atender de forma satisfatória os educandos com deficiências? Por quê?

7. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a qualidade do ensino oferecido aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais?

8. Em sua opinião, qual o papel da gestão no processo de implantação da Educação Inclusiva no Ensino Regular?

9. Como você analisa as interações entre os educandos durante as aulas e momentos de recreação? Em sua opinião, os alunos com deficiência sofrem algum tipo de preconceito durante o desenvolvimento das atividades?

10. O que você sugere para melhorar a qualidade de ensino e a socialização entre os educandos dos diferentes grupos sociais inseridos no ambiente escolar?

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM ALUNO NÃO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Você está convidado a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa intitulada: O papel da gestão escolar na Educação Inclusiva, sob responsabilidade da pesquisadora: Francielly Pereira do Nascimento e da orientadora Prof^a. Ivana Alves Monnerat de Azevedo, da Faculdade católica de Anápolis.

Caso concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

g) Você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder as perguntas que lhe ocasionarem constrangimento de qualquer natureza;

h) Sua identidade será mantida em sigilo;

i) Caso você queira poderá ser informada de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa.

Grata pela colaboração.

I. Identificação:

II. Questões:

1. Qual é a sua idade? _____ (opcional)

2. Quantos alunos têm na sua sala de aula? Quantos têm deficiência física?

3. Você acha que a sua escola está bem equipada para oferecer ensino de qualidade para alunos com deficiência? Por quê?

4. Em sua opinião, os alunos com deficiência sofrem algum tipo de preconceito na escola? Por quê?

5. Como é a sua relação com os colegas que possuem deficiência?

6. Que tipo de atividades os professores realizam para incentivar a interação entre os alunos?

7. O que você sugere para melhorar a interação e participação entre os alunos de todos os grupos sociais inseridos na escola?

**APÊNDICE E – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA COM ALUNO
PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

I. Identificação:

II. Questões:

1. Qual é a sua idade? Em que turma você estuda?
2. Você gosta de estudar? Por quê?
3. Em sua opinião, por que estudar é importante?
4. Conte-me o que você já aprendeu na escola?
5. Algum fato que ocorreu na escola já te deixou triste?
6. O que você acha que poderia ser melhorado na escola que você frequenta?

ANEXOS

Anexo A – Mensagem reflexiva para os funcionários da escola pesquisada (apresentada no trabalho coletivo)

A ESCOLA DOS BICHOS

Era uma vez um grupo de animais que quis fazer alguma coisa para resolver os problemas do mundo. Para isto, eles organizaram uma escola.

A escola dos bichos estabeleceu um currículo de matérias que incluía correr, subir em árvores, em montanhas, nadar e voar. Para facilitar as coisas, ficou decidido que todos os animais fariam todas as matérias.

O pato se deu muito bem em natação; até melhor que o professor! Mas quase não passou de ano na aula de voo, e estava indo muito mal na corrida. Por causa de suas deficiências, ele precisou deixar um pouco de lado a natação e ter aulas extras de corrida. Isto fez com que seus pés de pato ficassem muito doloridos, e o pato já não era mais tão bom nadador como antes.

Mas estava passando de ano, e este aspecto de sua formação não estava preocupando a ninguém - exceto claro, ao pato. O coelho era de longe o melhor corredor, no princípio, mas começou a ter tremores nas pernas de tanto tentar aprender natação.

O esquilo era excelente em subida de árvore, mas enfrentava problemas constantes na aula de voo, porque o professor insistia que ele precisava decolar do solo, e não de cima de um galho alto. Com tanto esforço, ele tinha câimbras constantes, e foi apenas "regular" em alpinismo, e fraco em corrida.

A águia insistia em causar problemas, por mais que a punissem por desrespeito à autoridade. Nas provas de subida de árvore era invencível, mas insistia sempre em chegar lá da sua maneira... Na natação deixou muito a desejar... Cada criatura tem capacidades e habilidades próprias, coisas que faz naturalmente bem. Mas quando alguém o força a ocupar uma posição que não lhe serve, o sentimento de frustração e até culpa, provoca mediocridade e derrota total.

Um esquilo é um esquilo; nada mais do que um esquilo. Se insistirmos em afastá-lo daquilo que ele faz bem, ou seja, subir em árvores, para que ele seja um bom nadador ou um bom corredor, o esquilo vai se sentir um incapaz.

A águia faz uma bela figura no céu, mas é ridícula numa corrida a pé.

No chão, o coelho ganha sempre. A não ser é claro, que a águia esteja com fome!

O que dizemos das criaturas da floresta vale para qualquer pessoa: Deus não nos fez iguais. Ele nunca quis que fôssemos iguais. Foi Ele quem planejou e projetou as nossas diferenças e nossas capacidades especiais!

(Autor desconhecido)